

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Porantim

Class.: NO AMAZ. Terra

Data: 09/81

Pg.: 8 388

Tukano apressam demarcação antes que surja o Território do Rio Negro

"Nós da tribo Tukano e representando também os outros povos indígenas da região do Alto Rio Negro: os Dessano, Tuiuka, Miriti-Tapuia, Karapanã, Baraçano e Macu, usando de nossas atribuições, fazemos saber que as tribos citadas querem fazer a demarcação de suas terras numa área de aproximadamente 15 mil km².

Essa área fica localizada ao norte do Brasil, no Estado do Amazonas, rio Tiquiê, afluente do rio Negro, limites fronteiriços entre Brasil e Colômbia".

Assim começa o documento preparado pelos Tukano Carlos Machado e Gabriel Gentil, intitulado: "Projeto de Demarcação das Terras Indígenas do Alto Rio Negro". Os dois Tukano foram destribalizados, conheceram e sofreram a vida marginalizada dos índios na cidade de Manaus/AM e agora retomam a luta pela regularização das terras do seu povo. É um projeto de largo alcance que precisa ser discutido nas aldeias.

No dia 27 de agosto, a 1ª Delegacia da Funai em Manaus havia fornecido uma passagem de avião para que Carlos Machado fosse a Brasília, com hotel pago, discutir com os coronéis a sua proposta de demarcação. Tudo indica que se trata de uma manobra do órgão tutor para aliciar a liderança que Carlos Machado pode dispor a favor do seu povo. Carlos Machado saiu afirmando que não se dobrará.

TERRITÓRIO FEDERAL

Aproveitando-se de que nenhuma área indígena está demarcada naquela região, surgem alguns indícios de que os ricos minérios que jazem no sub-solo indígena estão na mira de políticos e do governo. Em agosto, o deputado federal Vivaldo Frota, do PDS amazonense, declara que apresentou na Câmara Federal, Projeto de Lei propondo a criação do Território Federal do Rio Negro. Significativamente um dos motivos alegados pelo deputado refere-se à "anunciada presença no seu solo (da região) de minério radioativo", fato que justificaria a preocupação do Governo Federal na área. (Jornal do Comércio - 30/08/81)

Observa-se a coincidência da proposta de Vivaldo com outra proposta do próprio governo no sentido de transformar a área do Tocantins em Território Federal, a fim de que o governo federal possa explorar com maior tranquilidade os minérios que existem nessa região. A iniciativa prende-se também a uma motivação político-partidária: a possibilidade de o Estado do Pará ser governado por Jader Barbalho, do PMDB. No Amazonas pode ser o artifício a ser criado para aumentar a representação política do partido do governo em áreas que seriam estritamente controladas pela força militar.

Os objetivos político-partidários encontram-se mais evidentes em outra proposta de menor alcance da liderança política do Iauaretê. Essas pessoas estão se movimentando junto ao governador do Estado do Amazonas, visando conseguir que o referido Distrito seja transformado em município. Iauaretê está muito próximo das aldeias indígenas e essa transformação em município influirá negativamente no andamento da demarcação das terras indígenas. Falando sobre política, os "líderes comunitários de Iauaretê afirmaram que o PDS encontra-se em excelente posição no seio da população" (A Crítica-21/5/81).

SEM RESPOSTA

Conscientes desses perigos é que Carlos e Gabriel estão se organizando para fazer frente a essas pretensões ameaçadoras. Dizem eles em seu documento: "Vale lembrar que essa área (do rio Tiquiê) já foi projetada desde a década de 70, mas até agora nada foi feito para a demarcação dessas terras por total falta de apoio e pelo desinteresse das autoridades constituídas do Brasil".

No Estatuto do Índio, prossegue o documento, ficou citado no título VII - Disposições Gerais do Artigo 65: "O Poder Executivo fará, no prazo de cinco (5) anos, a

demarcação das terras indígenas ainda não demarcadas".

"Mesmo com estas leis divulgadas e aprovadas, as autoridades brasileiras não cumpriram o que estava escrito. O prazo de cinco anos venceu em 1978 e a nossa região não teve as terras demarcadas. Dessa forma, o nosso direito, garantido pela Constituição do Brasil, não foi respeitado.

"Nosso órgão representante, que deveria nos amparar, a Funai, não tem feito esforço sério, deixando de

lado os nossos interesses. O órgão tutor não quer lutar por nossos direitos, apenas usando o nome do índio para se promover, numa total incompetência para a missão a que foi destinada".

O documento finaliza, lembrando que os povos indígenas da região sofrem também problemas no setor de saúde, educação e na cultura. "Até agora não encontramos pessoas que nos apoiassem devidamente. Continuamos a procurar", acrescenta.